Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Carro-chefe da semana

O governo quer aproveitar a semana cheia em Brasília para discutir a reforma tributária na Câmara e, de quebra, colocar para caminhar a Medida Provisória 1.185. Justamente a que trata da cobrança de impostos federais de empresas que recebem benefícios de ICMS.

Partido, não dá

Alguns líderes fizeram as contas e perceberam que as emendas orçamentárias de partidos políticos dariam mais poder aos presidentes das agremiações, que, hoje, controlam os fundos Partidário e Eleitoral. Isso tiraria o poder de Arthur Lira e dos líderes partidários, que, hoje, dominam as emendas.

Por falar em Lira...

O presidente da Câmara está tão ligado ao governo que tem gente apostando que, se brincar, seus aliados levam outro ministério mais à frente. Isso é um assunto para depois das eleições municipais.

Números

Na semana anterior ao recesso desta semana, o deputado Evair de Melo aprovou 56 pedidos nas comissões da Casa, entre convocações e convites a ministros e requerimentos de informações. Significa que os ministros Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública), Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima), Rui Costa (Casa Civil) e outros não encerraram as maratonas de audiências este ano.

Sempre pode piorar

O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), e o deputado Evair de Mello (PP-ES), apresentaram, um no Senado e o outro na Câmara, propostas de decreto legislativo no sentido de retomar o trabalho aos domingos mediante acordo entre as partes. Se aprovado, revogará a portaria do Ministério do Trabalho, que remete esses casos à autorização prévia em sindicatos, com acordos coletivos. A ideia é tentar votar na próxima semana. Falta combinar com os aliados do governo e com os líderes, a serem ouvidos na segunda-feira. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tende a colocar essa bola no chão, ou seja, deixa correr o jogo, mas dando ao governo a chance de se organizar para essa batalha.

» » »

Só tem um probleminha: se houver o veto total da proposta de desoneração da folha de pagamento aprovada no Parlamento, a campanha para aprovar esse decreto no susto aumenta. É que a avaliação dos parlamentares é de que o mercado já precificou essa desoneração, mas não a interferência dos sindicatos no trabalho aos domingos.

CURTIDAS

Antonio Augusto/Secom/TSE

Dilma de volta/ Os integrantes do governo e de fora dele estão atentos ao discurso que a ex-presidente Dilma Rousseff (**foto**) fará no Conselho de Segurança da ONU, na segunda-feira. Ela será levada pela China, que agora preside o colegiado.

Defesa da Palestina/ Em seu primeiro discurso, em 2011, a então presidente defendeu o ingresso pleno da Palestina na ONU. Hoje, a Palestina é um estado observador.

Islamofobia/ Em seu segundo discurso, em 2012, Dilma afirmou que "como presidente de um país no qual vivem milhares de brasileiros de confissão islâmica, registro neste plenário nosso mais veemente repúdio à escalada de preconceito islamofóbico em países ocidentais". Agora, deve repetir essa toada no Conselho.

Veja bem/ A ex-presidente deve repetir, ainda, o que afirmou há 11 anos: "Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com os seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política regional". À parte de alguns no Itamaraty, espera-se, porém, que haja uma veemente repulsa ao ataque terrorista do Hamas a Israel. Não há briga secular que justifique matar jovens numa festa e sequestrar crianças e idosos.

PODER

Dobradinha de olho em Minas

Aproximação entre Lula e Pacheco, a pretexto da situação financeira do estado, mira futura parceria eleitoral contra Zema

» EVANDRO ÉBOLI

Em duas entrevistas no intervalo de uma semana, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), citou o nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo menos 40 vezes. E sempre num tom de uma proximidade que não se via até agora. A razão oficial é a crise financeira de Minas Gerais, estado hoje administrado por um desafeto do grupo político de ambos, o governador bolsonarista Romeu Zema (Novo).

Pacheco tem se apresentado, em suas palavras, como o "interlocutor" para solucionar a "impagável" dívida de R$ 160 bilhões de Minas com a União, situação que mantém o estado à beira do colapso. O senador se reuniu duas vezes com o presidente para discutir o assunto e o cita sempre, deixando a impressão de que a parceria é duradoura.

"Assumo integralmente o papel de interlocutor, se assim quiserem me considerar. Falei com o presidente Lula, uma conversa que terá desdobramentos. E vou levar a ele algo mais palpável, com alternativas para solucionar um problema que envolve União e estado", disse Pacheco ao **Correio**.

A um grupo de jornalistas, ao falar do assunto, Pacheco, numa frase só, se referiu sequencialmente ao presidente da República. "Todas as ideias (de solução da dívida) foram levadas ao presidente Lula, sem formalização. O presidente Lula mostrou muita boa vontade em atender. O presidente quer resolver o problema de Minas. Ele tem toda disposição. Falei pessoalmente com ele duas vezes. O Alexandre (Silveira, ministro das Minas e Energia) também falou. A disposição dele é grande. Precisamos dar uma solução sustentável e definitiva para esse problema. Há uma percepção do presidente Lula em ajudar a dar essa solução", afirmou Pacheco, ao lado do ministro, do presidente da Assembleia de Minas (ALMG), deputado Tadeu Leite (MDB), e de parlamentares federais e estaduais.

Apesar da distância que Zema mantém de Brasília, o líder de seu governo na ALMG, João Magalhães (MDB), estava presente à reunião coordenada por Pacheco.

A percepção é de que está sendo ensaiada uma dobradinha política entre Lula e o senador. O nome do parlamentar como o candidato do petista ao governo de Minas, em 2026, está colocado. O PT não tem um candidato forte ao cargo e tem se restringido no estado a ganhar prefeituras de cidades médias.

Desse grupo mineiro, reunido esta semana na Presidência do Senado, um dos parlamentares foi abordado pelo **Correio** e perguntado sobre a possibilidade de costura política. Desde que não fosse identificado, respondeu: "É impossível não pensar nessa projeção. É uma união ideal", avaliou.

O mandato de Pacheco termina em 2026, mas, como presidente do Senado, segue até fins de 2024. O discurso para fora é que se dará por satisfeito, na vida pública, de aprovar a Reforma Tributária, sanear as contas de Minas e — novo desafio a que se comprometeu — aprovar o fim da reeleição para cargos no Executivo.

"Para quem projetou cumprir apenas um mandato de deputado, fui longe. Tenho compromisso com a Presidência do Senado. E entregando a Reforma Tributária, resolvendo o problema da dívida de Minas e, eventualmente, conseguindo acabar com a reeleição, considero ter cumprido um bom propósito na vida pública", avaliou.

Pedro Gontijo/Agência Senado

Em recentes entrevistas, Pacheco citou Lula e deu a entender que uma conexão duradoura está em construção

Assumo integralmente o papel de interlocutor, se assim quiserem me considerar. Falei com o presidente Lula, uma conversa que terá desdobramentos. E vou levar a ele algo mais palpável, com alternativas para solucionar um problema que envolve União e estado"

Senador Rodrigo Pacheco, *se propondo a solucionar a dívida de Minas, orçada em R$ 160 bilhões, na nova fase do relacionamento político com Lula*

Comedimento e discrição como marcas

Tendo o comedimento como marca, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) é de evitar confrontos ou tons elevados, mas tem marcado posições. Nas rusgas entre senadores e o Supremo Tribunal Federal, por exemplo, defende mandato para os ministros da Corte. Também anunciou que votará a favor da emenda constitucional que restringe a decisão monocrática de integrantes do STF. Na contramão da maioria de seus colegas, disse que votou a favor da indicação de Igor Roque, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para o comando da Defensoria Pública da União (DPU) — foi derrotado por 38 a 35 e precisava de 41 votos para ser aprovado.

Sobre a relação com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), que está longe de ser das melhores, Pacheco prefere dizer que "não temos a frequência de diálogo". A solução do senador para o problema financeiro do estado passa por três eixos: pela quantificação exata do tamanho da dívida com a União, se de fato é de R$ 160 bilhões; pelo impedimento de privatizar as estatais Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas), Cemig (Companhia Energética Minas Gerais) e Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), mas entregá-las para a administração do governo federal como abatimento na dívida; e pelo estabelecimento de um cronograma de liquidação do restante da dívida num prazo de 10 anos.

"Vamos contribuir para uma solução que não sacrifique o servidor público, que não tenha seus salários congelados. Que não sejam sacrificados os professores, os policiais militares, os civis, o pessoal da saúde. E que nossos ativos (as estatais) não sejam entregues a empresas privadas a qualquer preço", disse.

Sobre o futuro na vida pública, Pacheco repetiu o mantra de velhas raposas políticas mineiras de que Minas sempre precisa estar num local de destaque no cenário nacional. Citou até mesmo a composição de uma chapa presidencial. **(EE)**